

ESTATUTO SOCIAL DO GAAIS – GRUPO DE AÇÕES E AUXÍLIO À INCLUSÃO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1 – Sob a denominação de **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social**, designada pela sigla **GAAIS** para abreviatura de seu nome, fica instituída esta associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, apartidária e filantrópica, de caráter assistencial, de âmbito nacional e internacional, regida pelo presente ESTATUTO, e pelas normas legais pertinentes.

Parágrafo Primeiro – A entidade poderá adotar nomes fantasias, aprovados em Assembleia Geral, na execução de projetos especiais.

Art. 2 – O **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** terá sua sede e foro no Estado de São Paulo, em sua Capital, situada na Rua Frederico Rene de Jaeger, 1414, casa 02 – Rio Bonito – CEP 04826-000, podendo abrir ou fechar filiais ou outras dependências em todo território nacional, bem como no exterior, para exercício das suas atividades.

Art. 3 – O prazo de duração do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** é indeterminado.

Art. 4 – O **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** tem por finalidade promover a inclusão social de pessoas com deficiência intelectual e física e com vulnerabilidade social através de parcerias culturais, educacionais e esportivas. Tendo como objetivo a conscientização e valorização da cidadania e da vida humana.

Parágrafo Primeiro – Para a consecução de suas finalidades, o **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** poderá sugerir, promover, colaborar, coordenar ou executar ações e projetos visando:

I – Criar núcleos de atividades em quaisquer regiões do país e do exterior, inclusive através da mobilização de entidades governamentais e organizações não-governamentais nacionais e internacionais;

II – Executar programas vinculados com o seu objetivo social;

III – Mobilizar política de pessoas, entidades, empresas, organizações e veículos de comunicação divulgando suas ações;

IV – Promover os direitos das pessoas portadoras de deficiências;

V – Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais;

VI – Promover a obtenção de recursos financeiros ou ajuda de qualquer outra natureza, para auxiliar na concretização de projetos que o **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** se proponha a executar;

VII – Capacitar voluntários, incentivar profissionais, empresas e instituições a praticarem atos solidários;

VIII – Promover e realizar projetos em intercâmbio com universidades ou outras instituições assemelhadas no país ou no exterior;

IX – Firmar convênios e parcerias com o poder público, com o objetivo de promover e executar as finalidades do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social**.

Parágrafo Primeiro – O **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** poderá praticar outras atividades que não foram acima elencadas, desde que voltadas a finalidades sociais, culturais, esportivas e de assistência social e correlatas.

Parágrafo Segundo – O **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** se dedica as suas atividades por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações; por meio de doações de recursos físicos, humanos e financeiros, prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

CAPÍTULO II

ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 5 – O quadro social do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** é constituído por associados:

I – Institucionais – Empresas públicas ou privadas, de quaisquer segmentos ou porte, instaladas no país ou exterior;

II – Beneméritos – Pessoas físicas ou jurídicas, que tenham efetuado ponderável contribuição em dinheiro, doação de bens de significativo valor ou prestado importante trabalho em prol da cultura, do esporte, da educação e assistência social;

III – Contribuintes: Os que aceitarem pagar mensalidades e demais encargos que forem aprovados pela Diretoria.

Parágrafo Primeiro – A admissão nas categorias de Institucionais e Contribuintes é feita através do preenchimento de formulário apropriado, sujeito à aprovação da Diretoria.

Parágrafo Segundo – O título de Benemérito é concedido por decisão da Diretoria, ouvido, previamente, o Conselho Fiscal.

Parágrafo Terceiro – Os associados não respondem pessoalmente, subsidiariamente e solidariamente pelas obrigações do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social**.

Art. 6 – São direitos dos associados:

I – Participar de todas as atividades sociais promovidas pelo **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social**,

II – Tomar parte, nomear e ser nomeado nas Assembleias Gerais,

III – Propor a convocação de Assembleia Geral Extraordinária e realizá-la nas circunstâncias permitidas pelo Estatuto Social;

IV – Receber as publicações do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social**;

V – Requerer dispensa de sua filiação.

Art. 7 – São deveres dos associados em geral:

I – Observar o Estatuto, regulamentos, regimentos, deliberações e resoluções dos órgãos da associação;

II – Cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social**, difundindo seus objetivos e ações;

Art. 8 – São deveres adicionais dos associados contribuintes:

I - Fazer proposições e participar na forma deste Estatuto das Assembleias Gerais convocadas;

II – Participar das Assembleias Gerais, fazer proposições e deliberar sobre as matérias constantes da ordem do dia;

III – Nomear e ser nomeado para os cargos de direção da entidade.

Art. 9 – Considera-se falta grave, passível de exclusão, provocar ou causar prejuízo moral ou material para o **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** ou a algum associado.

Parágrafo Primeiro - O associado está sujeito às penalidades de suspensão e eliminação impostas pela diretoria, ouvindo, previamente o conselho fiscal.

Art. 10 - Fica sujeito a perda do mandato de cargo para o qual foi nomeado, o membro da diretoria ou do conselho fiscal que deixar de cumprir com exatidão os deveres próprios da função. Consequentemente, o membro não poderá ser nomeado, no futuro, para qualquer outro cargo.

Parágrafo Primeiro - A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria ouvido o Conselho Fiscal, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

I. Violação do estatuto social;

- II. Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- III. Atividades contrárias às decisões das assembleias gerais;
- IV. Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- V. Falta de pagamento, por parte dos "associados contribuintes", de três parcelas consecutivas das contribuições associativas

Parágrafo Segundo – Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da notificação.

Parágrafo Terceiro – Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, o qual deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembleia Geral.

CAPITULO III

ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 11 - A Assembleia Geral é o órgão máximo da entidade e é constituída pela reunião dos membros efetivos do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social**;

Art. 12 - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário, e ordinariamente 1 (uma) vez por ano, instalada em primeira chamada com quórum mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros, e em segunda chamada, 30 (trinta) minutos depois, com qualquer número de membros presentes, deliberando pela maioria dos votos dos mesmos sobre os seguintes temas:

I - Apreciação e aprovação do Balanço Anual e demais relatórios financeiros do exercício anterior, e o Orçamento e Plano Anual de Trabalho para o novo exercício;

II - Nomeação ou destituição da Diretoria Executiva;

III – Nomeação dos membros do Conselho Fiscal;

IV - Deliberação sobre a admissão de novos sócios efetivos, colaboradores e beneméritos;

V - Deliberação sobre a reforma e alterações do Estatuto;

VI - Deliberação sobre a extinção da Associação e a destinação do patrimônio social;

VII - Deliberação sobre casos omissos e não previstos neste Estatuto.

Art. 13 - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Diretor Presidente, ou pela maioria dos Diretores, ou, ainda, por um quinto dos membros efetivos.

Parágrafo Único - A convocação da Assembleia Geral, ordinária ou extraordinariamente, dar-se-á através de carta protocolada, carta registrada remetida pelo correio ou edital fixado em sua sede social com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

CAPÍTULO IV

DIRETORIA E ADMINISTRAÇÃO DA ENTIDADE

Art. 14 - O **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** será dirigido por uma Diretoria Executiva composta por 4 membros, nomeados em Assembleia Geral, com mandato para um período de 3 anos, podendo ou não ser renomeados.

Parágrafo Primeiro - As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade.

Parágrafo Segundo - A administração da entidade caberá à Diretoria Executiva e o Diretor Presidente representará a entidade em Juízo ou fora dele, ativa e passivamente, bem como perante terceiros em geral, podendo nomear procuradores em nome da entidade, com poderes específicos e mandato em prazo determinado, o qual nunca ultrapassará a data de extinção do mandato do Diretor Presidente que outorgou a procuração.

Parágrafo Terceiro - A assinatura de cheques e de contratos que envolvam obrigações da entidade deverão ser assinados em conjunto pelo Presidente e o Vice-Presidente ou, ainda, pelos seus respectivos procuradores, cujo mandato conterão poderes específicos e serão outorgados por prazo igual ou inferior a 12 (doze) meses.

Parágrafo Quarto - A Diretoria Executiva poderá criar comissões técnicas formadas por seus membros com o objetivo de assessorar a diretoria em assuntos específicos visando seu posicionamento institucional.

Art. 15 - O Presidente do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** visando conferir maior operacionalidade às ações da Associação, deverá assumir as seguintes atribuições ou nomear e contratar um Diretor Executivo, para:

I - A elaboração do Regimento Interno e o Organograma Funcional do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** e submetê-lo à apreciação e aprovação da Assembleia Geral;

II - Coordenar e dirigir as atividades gerais específicas do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social**;

III - A celebração de convênios e a filiação do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** junto a instituições ou organizações congêneres;

IV - A representação especial do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** em eventos, campanhas e reuniões, e demais atividades do interesse da entidade;

V - Contratar, nomear, licenciar, suspender e demitir funcionários administrativos e técnicos do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social**;

VI - Elaborar e submeter aos associados efetivos o Orçamento e Plano de Trabalho Anuais;

VII - Promover campanhas, ações e eventos na consecução dos objetivos sociais da entidade;

VIII - Propor aos associados efetivos reformas ou alterações do presente Estatuto;

IX - Propor aos associados efetivos a fusão, incorporação e extinção do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** observando-se o presente Estatuto quanto ao destino de seu patrimônio;

X - Criação de núcleos da entidade em outras localidades;

XI - adquirir, alienar ou gravar os bens móveis imóveis do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social**, mediante autorização expressa votada em Assembleia Geral;

XII - Estabelecer as atribuições dos Diretores e Vice-Presidente;

XIII - Indicar substitutos para completar períodos de eventuais diretorias vagas, valendo a Ata da Reunião e Posse como documento hábil para as alterações respectivas perante organismos oficiais, entidades financeiras e bancárias e estabelecimentos empresariais, entre outros;

XIV - Convocar o Conselho Fiscal, sempre que julgar necessário;

XV - Exercer outras atribuições inerentes ao cargo, e não previstas expressamente neste Estatuto.

Art. 16 - Compete ao Vice-Presidente:

I - Substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;

II - Assumir a função de Presidente, em caso de vacância, até o término do mandato;

III - Atender e desempenhar funções especiais que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

Art. 17 - Aos membros da Diretoria, individualmente, compete:

I - Ao Diretor Administrativo: (a) preparar o material relativo às reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais; (b) redigir as atas e os relatórios da Diretoria e das Assembleias Gerais; (c) assinar correspondência a critério do Presidente; (d) organizar e manter em dia o fichário dos associados, a documentação e o arquivo; (e) remeter dados informativos aos associados.

II - Ao Diretor Financeiro: (a) coordenar e dirigir os trabalhos da área financeira; (b) manter sob sua guarda e responsabilidade os bens móveis e valores em espécie; (c) fazer que seja mantida em dia e em boa forma a escrituração contábil e os registros da receita e da despesa; (d) efetuar e autorizar pagamentos e receber importâncias, passar recibos e dar quitação; (e) preparar o balanço anual e a previsão de despesas para o exercício vindouro, a serem apresentadas à Assembleia Geral Ordinária; (f) controlar o pagamento das taxas de manutenção dos associados.

Art. 18 - Ficando vago qualquer cargo da Diretoria, por morte, renúncia, ausência declarada judicialmente ou impedimento legal para o exercício da função, o Presidente em exercício, constatada a ocorrência, convocará, no prazo de oito (8) dias, Assembleia Geral Extraordinária, para proceder ao preenchimento do cargo.

Parágrafo Primeiro - Caso algum membro, por qualquer motivo, achar por bem necessária a renúncia, face a qualquer tempo desde que por escrito no prazo mínimo de 30 dias.

CAPÍTULO V

CONSELHO FISCAL

Art. 19 - O Conselho Fiscal é composto de três (3) membros.

Art. 20 - Ficando vago, por qualquer motivo, cargo no Conselho Fiscal, o Presente procederá na forma do artigo 18 (dezoito) do Estatuto.

Art. 21 - O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de três (3) anos, sendo permitidas reeleições.

Art. 22 - O Conselho Fiscal reúne-se em sessões ordinárias uma (01) vez por ano, e em sessões extraordinárias sempre que for convocado pelo presidente do Conselho ou solicitado pela maioria da Diretoria.

Art. 23 - Compete ao Conselho Fiscal, ou se for o caso, aos Auditores Externos:

8

Moiz

Q

ca

ul

Previdido 9º RTD CPJ

I – Dar parecer formal sobre os relatórios e demonstrações contábil-financeiras do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social**, opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais, oferecendo as ressalvas que julgarem necessárias;

II – Opinar sobre qualquer matéria que envolva o patrimônio do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social**, sempre que necessário.

CAPÍTULO VI

PATRIMÔNIO

Art. 24 – O patrimônio do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** será constituído por contribuições iniciais e doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito publico ou privado, nacionais e estrangeiras.

Art. 25 – O **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** não distribuirá qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas receitas a titulo de lucro ou participação dos resultados sociais.

Parágrafo Único: O **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** não poderá receber qualquer tipo de doação ou subvenção que possa comprometer sua independência e autonomia perante os eventuais doadores ou subventores.

Art. 26 – A administração do patrimônio do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** compete a Diretoria.

Art. 27 – A receita deverá ser depositada no Banco, a critério da Diretoria, e aplicada no pagamento das despesas, nos serviços de administração, na realização de atividades, culturais, esportivas, prestadores de serviços e outros encargos.

CAPÍTULO VII

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 28 – O exercício financeiro do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 29 – As demonstrações contábeis anuais serão encaminhadas até 30 de abril do ano seguinte à Assembleia Geral, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal, para análise e aprovação.

Art. 30 – A prestação de contas do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** observará as seguintes normas:

I – Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II- A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras do **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social**, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III – A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o Parágrafo Único de Art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31 – O **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** aplicará integralmente suas rendas, recursos e, eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional e internacional.

Art. 32 – O **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** reserva-se o direito de extinguir-se a qualquer tempo sem que isso enseje quaisquer direitos a indenização para com seus associados pelos seguintes motivos:

I – Falta de recursos,

II – Número insuficiente de membros ou

III – Qualquer outro motivo justificável, desde que seja convocada uma Assembleia Geral para tal fim.

Art. 33 – No caso de dissolução, desde que aprovada a extinção pela Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, ou extinção por imposição legal, proceder-se-á o levantamento do seu patrimônio, que obrigatoriamente será destinado a outras instituições legalmente constituídas, sem fins lucrativos e que tenham objetivos sociais semelhantes.

Art. 34 – O **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

Art. 35 – Os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal da entidade não serão remunerados.

Art. 36 – É vedado ao **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social**, participar de campanhas de interesse político-partidário ou eleitoral, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 37 – Os casos omissos do Estatuto Social são resolvidos pela Diretoria, ouvido previamente, o Conselho Fiscal.

Art. 38 – O presente Estatuto entra em vigor imediatamente após sua aprovação pela Assembleia Geral, devendo ser registrado em Cartório.

Art. 39 – É expressamente proibido o uso da denominação social em atos que envolvam o **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social** em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças e caução de favor.

Art. 40 – Fica expressamente proibido qualquer tipo de veiculação e uso de imagens, das atividades e dos participantes, que não contenham a marca d'água **GAAIS - Grupo de Ações e Auxílio à Inclusão Social**, mesmo que de caráter informativo e/ou uso pessoal em redes sociais ou outros meios. Sendo sujeito à multas e penalidades cabíveis judicialmente.

Art. 41 - Fica eleito o Foro da Cidade Comarca de São Paulo, para qualquer ação fundada neste estatuto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.



Maria Avelania Mota Pedrosa

MARIA AVELANIA MOTA PEDROSA

Presidente

Tiago Tessler Blecher

ADVOGADO – Tiago Tessler Blecher

OAB/SP 239.948

uf
off.
Prenotado 9º RTD CPJ
Prenotado 9º RTD CPJ

07281

19307H28

90RTDCPJ

46218

4

99

2.10.21

Emol.

Estado

Ipesp

R. Civil

T. Justiça

M. Público

Iss

Total

Selos e taxas
Recolhidos p/verba

9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 68.157.387/0001-28
Alfredo Cristiano Carvalho Homem - Oficial
R\$ 170,86 Protocolado e prenotado sob o n. **69.751** em
R\$ 48,66 **13/04/2017** e registrado, hoje, em microfilme
R\$ 33,21 sob o n. **46.218**, em pessoa jurídica.
R\$ 9,08 São Paulo, 12 de maio de 2017
R\$ 11,69
R\$ 8,16
R\$ 3,58

R\$ 285,24

Alfredo Cristiano Carvalho Homem - Oficial
Marcelo Antonio Pinheiro - Oficial Substituto

13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUÍS MARQUES
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

Reconheço Por Semelhança S/V Econômico a(s) firma(s) de
MARIA AVELANIA MOTA PEDROZA (0532131).

São Paulo, 05 de Abril de 2017. Em Test. da verdade.
CARLOS ALEXANDRE GOMES DOS SANTOS - ESCRIVENTE
CARLOS ALEXANDRE GOMES DOS SANTOS - ESCR. Nº 0068/050417
Válido somente com o Selo de Autenticidade Valor: R\$5,00

